

Austral Seguradora S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	9
Balancos patrimoniais	13
Demonstração dos resultados	15
Demonstração dos resultados abrangentes	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstração dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	19

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados. Atualmente a Companhia concentra suas operações nos ramos de seguro garantia, tanto público quanto privado, riscos de petróleo, riscos marítimos (casco), responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil profissional (E&O), responsabilidade civil geral e riscos nomeados e operacionais.

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Companhia tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras para seus clientes e na transferência de risco para seus parceiros.

Em 25 de outubro de 2021, a S&P reafirmou o rating de Crédito de brAAA/estável, mantendo-se no topo da escala nacional Brasil. Em 28 de abril de 2022, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de “bbb+” para o Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi mantida como positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva refletiu a melhoria na condição da força do balanço patrimonial da Companhia, caracterizado pela agência como muito forte. O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos e redução das linhas com alta volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

A seguir os principais números e indicadores da Austral Seguradora, nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

(Valores em milhões de Reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	30/06/2022	30/06/2021	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	844,4	814,2	30,2	3,7%
Prêmio Ganho	537,7	504,6	33,1	6,6%
Sinistros Ocorridos	(19,3)	(14,8)	(4,5)	30,4%
Despesas Administrativas	(21,7)	(15,1)	(6,6)	43,7%
Resultado Financeiro	18,1	(1,3)	19,4	1.492,3%
Lucro líquido do semestre	9,4	3,0	6,4	213,3%
Patrimônio líquido	202,3	192,5	9,8	5,1%
Índice de Despesas Administrativas	2,57%	1,85%	-0,72 p.p	
Índice de Sinistralidade	3,60%	2,93%	-0,67 p.p.	

Os prêmios emitidos pela Companhia atingiram o valor de R\$ 844,4 milhões no primeiro semestre de 2022, frente aos R\$ 814,2 milhões no mesmo período em 2021. O crescimento das receitas nesse período está em consonância com as expectativas e métricas internas, demonstrando o sucesso das estratégias estabelecidas pela Companhia.

Confirmando sua consolidação como especialista neste mercado, no segmento de riscos de petróleo, a Companhia alcançou um volume de prêmios emitidos de R\$ 732,9 milhões no primeiro semestre de 2022, frente a R\$ 695,1 milhões no mesmo período em 2021.

Primando pela qualidade e consistência de seu processo de subscrição de seguro garantia (público e privado), a Companhia obteve a marca de R\$ 72,8 milhões de prêmios emitidos no primeiro semestre de 2022, apresentando uma evolução de 85% frente a R\$ 39,3 milhões no mesmo período em 2021.

É importante ressaltar o sucesso na política de expansão do portfólio da Companhia nas linhas de responsabilidade civil administradores e diretores (D&O), em conjunto com a cobertura de responsabilidade civil de riscos ambientais e responsabilidade civil profissional (E&O). Esses segmentos apresentaram significativo crescimento de 36% com relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando a marca de R\$ 11,2 milhões em prêmios emitidos no primeiro semestre de 2022.

A Companhia avalia permanentemente as linhas de negócio atuais e potenciais que estão alinhadas com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia está reavaliando sua atuação em operações no segmento de transportes em todas as suas modalidades.

Por fim, ainda sem grande expressividade no volume de prêmios emitidos no primeiro semestre de 2022, destaca-se a operação no segmento de seguro de responsabilidade civil geral. Essa iniciativa corrobora a estratégia da Companhia de buscar novas oportunidades que a destaque como referência na qualidade de subscrição, provedor de serviços diferenciados e especialista no segmento.

Adicionalmente, o controle sobre as despesas administrativas também é característica marcante da Companhia. Mesmo com o aumento de estrutura, e contratação de novos funcionários, quando comparamos as despesas com o montante de prêmio emitido, temos um índice de 2,57% no período, um aumento de apenas 0,72 p.p quando comparado com o mesmo período de 2021, que foi de 1,85%. Esse indicador reflete uma gestão eficiente, monitoramento constante e planejamento assertivo nas ações realizadas.

A Companhia ampliou os seus investimentos em tecnologia e processos estruturados para ter um desenvolvimento contínuo e alinhado com o planejamento estratégico e política de gestão de riscos definida pela Administração. Esse posicionamento garante o alcance do retorno esperado em suas carteiras.

O resultado financeiro contribuiu de maneira importante para resultado do semestre findo em 30 de junho de 2022, atingindo R\$ 18,1 milhões (R\$ 1,3 milhões negativos em 30 de junho de 2021). Este resultado é reflexo de uma política de investimentos conservadora com métricas e planejamentos bem definidos e monitoramento das movimentações recentes da taxa de juros e dos níveis de inflação no país.

Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 9,4 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 3 milhões em 30 de junho de 2021). O patrimônio líquido apurado no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 202,3 milhões (R\$ 192,5 milhões em 30 de junho de 2021), e o ativo total atingiu o montante de R\$ 2,6 bilhões semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 1,8 bilhões em 30 de junho de 2021).

A Administração da Companhia reforça seu esforço constante na melhoria dos processos operacionais e no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa.



A Companhia planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos períodos. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Por fim, a Companhia agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022.

Administração.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Seguradora S.A.** (Austral Seguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras intermediárias; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras intermediárias e emitir relatório sobre sua adequação em

conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras intermediárias da **Austral Seguradora S.A.**, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022

Margo Isabel Black
Presidente



Paulo Pereira Ferreira
Membro

Leonardo de Assis Portugal
Membro

Paulo Roberto Batista Machado
Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos acionistas da
Austral Seguradora S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Seguradora S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 13 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui, dentre outras, as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e possui provisões de ativos de resseguros referentes a: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE").</p> <p>Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.- com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras intermediárias.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.

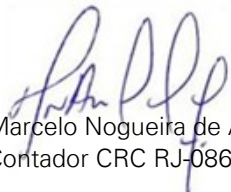
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		2.201.003	1.305.689
Disponível		22.206	26.716
Aplicações financeiras	5	143.279	130.556
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	935.246	252.592
Prêmios a receber		901.292	223.726
Operações com seguradoras		1.758	987
Operações com resseguradoras		32.196	27.879
Outros créditos operacionais		1.817	2.708
Ativos de resseguro	13	1.055.636	850.648
Títulos e créditos a receber	8	5.400	6.921
Títulos e créditos a receber		9	269
Créditos tributários		4.821	6.369
Outros créditos		570	283
Despesas antecipadas		250	-
Custos de aquisição diferidos	9	37.169	35.548
Não circulante		435.929	471.127
Realizável a longo prazo		429.378	464.330
Aplicações financeiras	5	147.429	144.101
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	73.534	83.636
Ativos de resseguro	13	144.584	170.433
Títulos e créditos a receber	8	11.048	11.004
Outros valores e bens		5.335	5.447
Custos de aquisição diferidos	9	47.448	49.709
Propriedade para Investimento		500	500
Imobilizado		2.148	2.026
Intangível		3.903	4.271
Total do ativo		2.636.932	1.776.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		2.121.444	1.232.746
Contas a pagar		60.752	25.138
Obrigações a pagar		568	12.062
Impostos e encargos sociais a recolher	10	56.186	10.887
Encargos trabalhistas		2.655	1.549
Impostos e contribuições		1.343	640
Débitos de operações com seguros e resseguros		875.688	240.920
Prêmios a restituir		6.045	5.083
Operações com seguradoras		7.303	14.782
Operações com resseguradoras	11	836.745	189.293
Corretores de seguros e resseguros		24.361	27.959
Outros débitos operacionais		1.234	3.803
Depósitos de terceiros	12	2.176	3.543
Provisões técnicas	13	1.181.139	961.647
Outros débitos		1.689	1.498
Não circulante		313.180	351.523
Débito das operações com seguros e resseguros		62.257	75.750
Operações com seguradoras		4.316	4.168
Operações com resseguradoras	11	41.578	53.392
Corretores de seguros e resseguros		16.363	18.190
Provisões técnicas	13	246.317	271.029
Outros débitos		4.606	4.744
Patrimônio líquido	16	202.308	192.547
Capital social		107.025	107.025
Reserva de capital		2.707	19
Reserva de lucros		90.958	90.958
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(7.815)	(5.455)
Lucros acumulados		9.433	
Total do passivo e patrimônio líquido		2.636.932	1.776.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação – em reais)

	Notas	30/06/2022	30/06/2021
Prêmios emitidos		844.425	814.222
Variações das provisões técnicas de prêmios		(306.761)	(309.609)
Prêmios ganhos	21/22.a	537.664	504.613
Sinistros ocorridos	22.b	(19.339)	(14.850)
Custos de aquisição	22.c	(25.908)	(19.156)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(1.954)	294
Resultado com resseguro	22.e	(466.027)	(445.091)
Despesas administrativas	22.f	(21.709)	(15.056)
Despesas com tributos	22.g	(4.334)	(4.226)
Resultado financeiro	22.h	18.067	(1.256)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		16.460	5.272
Imposto de renda	19	(3.843)	(1.221)
Contribuição social	19	(2.349)	(819)
Participações sobre o lucro		(835)	(190)
(=) Lucro líquido do semestre		9.433	3.042
Quantidade de ações		69.177.394	69.177.394
Lucro líquido por lote de mil ações – em reais	20	0,1364	0,0439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração de resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido do semestre		9.433	3.042
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:			
Ativos financeiros disponíveis para venda		(2.360)	(835)
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	(3.932)	(1.392)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.a	1.572	557
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos impostos		(2.360)	(835)
Total de resultados abrangentes do período		7.073	2.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2021	107.025	19	8.826	73.458	916	-	190.244
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	3.042	3.042
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(835)	-	(835)
Saldos em 30 de junho de 2021	107.025	19	8.826	73.458	81	3.042	192.451
Saldos em 01 de janeiro de 2022	107.025	19	10.212	80.746	(5.455)	-	192.547
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(2.360)	-	(2.360)
Incentivo baseado em ações	-	2.688	-	-	-	-	2.688
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	9.433	9.433
Saldos em 30 de junho de 2022	107.025	2.707	10.212	80.746	(7.815)	9.433	202.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	9.433	3.042
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.212	1.452
Perda por redução ao valor recuperável	580	(265)
Provisões técnicas líquidas de ativos de resseguros	127.795	1.746
Outros ajustes	3.001	(381)
	143.021	5.594
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(18.409)	28.008
Créditos das operações com seguros e resseguros	(673.008)	(453.707)
Títulos e créditos a receber	645	2.129
Outros créditos	(250)	-
Depósito de terceiros	(1.367)	810
Custos de aquisição diferidos	639	7.940
Impostos e contribuições	1.724	27.876
Débitos de operações com seguros e resseguros	621.150	423.980
Obrigações a pagar	48.149	3.347
Provisões técnicas de seguros e resseguros	(112.154)	(6.031)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.408)	(752)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.732	39.194
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(406)	(142)
Aquisição de intangível	(676)	(758)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.082)	(900)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(9.000)	-
Arrendamentos	(1.160)	(746)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(10.160)	(746)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.510)	37.548
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	26.716	7.890
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	22.206	45.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de seguros e cosseguros nos ramos de danos, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010.

Em 26 de novembro de 2021, a Austral Participações II S.A., detentora de 100,00% das ações da Companhia, foi incorporada pela Austral Participações S.A., a qual passou a ser detentora da totalidade das ações da Companhia.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia concentra suas operações nos ramos de seguro garantia, tanto público quanto privado, fiança locatícia, riscos de petróleo, riscos marítimos (casco), lucros cessantes, responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil profissional (E&O), responsabilidade civil de riscos ambientais, responsabilidade civil geral, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais e compreensivo empresarial e transportes. A Companhia avalia permanentemente as linhas de negócio atuais e potenciais que estão alinhadas com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia está reavaliando sua atuação nas operações no segmento de transportes, nas modalidades transporte nacional e internacional, responsabilidade civil transportador (carga) em viagens internacionais, ferroviárias, aéreas, rodoviárias, aquaviárias e desvio de carga.

A Companhia atua em todo o território brasileiro, predominantemente nas seguintes linhas:

i. Seguro garantia – setor público e setor privado

Este seguro garante o cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela parte contratada (tomador), junto ao contratante (segurado). O seguro garantia protege contra eventuais prejuízos ocasionados pelo descumprimento de cláusulas em um contrato.

O seguro garantia substitui outras formas de garantia comumente utilizadas no mercado, apresentando algumas vantagens, sendo as principais: (i) não compromete as linhas de crédito das empresas, deixando seus recursos financeiros livres para a sua atividade operacional; (ii) agilidade na contratação e (iii) menor onerosidade econômica.

O seguro garantia é normalmente solicitado em contratações da Administração Pública ou Privada, para assegurar o cumprimento de obrigações em contratos de construção, fornecimento, prestação de serviços, concessões de serviços públicos, participação em licitações, além de ser amplamente utilizado em novos processos judiciais, visando garantir o juízo, assim como em substituição a depósitos judiciais outrora realizados.

Entre as modalidades de seguro garantia oferecidas pela Companhia, destacam-se:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Seguro garantia judicial: este seguro garante valores em discussão em ações judiciais que exigem depósito em juízo ao longo dos processos, como nova garantia ou em substituição a garantia previamente existente, seja em âmbito cível, trabalhista, tributário ou em depósitos recursais, inclusive em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança, e outras.
- Seguro garantia administrativo para créditos tributários: este seguro atesta a veracidade dos créditos tributários informados pelo tomador em processos administrativos no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo geralmente utilizado para liberação dos referidos créditos ou ainda para cobrir a permanência do tomador em regimes especiais de tributação.
- Seguro garantia aduaneiro: este seguro garante o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao Termo de Responsabilidade a que se refere o Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, em conformidade com as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal sobre o assunto.
- Seguro garantia do licitante: este seguro garante que em licitações públicas ou privadas, o tomador vencedor do certame mantenha sua proposta e assine o contrato nas condições apresentadas e dentro do prazo estabelecido no edital. Este seguro é frequentemente solicitado em procedimentos licitatórios como leilões, concorrências públicas, tomadas de preços e cartas convites.
- Seguro de garantia de construção, fornecimento ou prestação de serviços: esta modalidade garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato para construção, fornecimento ou prestação de serviços, protegendo o segurado contra o risco de inadimplência do tomador.
- Seguro garantia de concessões: este seguro garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato de concessão para exploração de um bem ou serviço público como rodovias, saneamento, energia, entre outros.
- Seguro garantia de adiantamento de pagamentos: este seguro garante que os valores recebidos a título de adiantamento em contratos sejam destinados à execução imediata do objeto contratual, ou seja, a realização da etapa prevista de uma obra por exemplo, até sua conclusão. Este tipo de seguro permite, por exemplo, a liberação de recursos para um fornecedor, sem que o mesmo tenha que utilizar seu fluxo de caixa e, para o contratante, representa uma garantia que os recursos adiantados serão aplicados no fornecimento do equipamento ou na realização das obras conforme previsto contratualmente.
- Seguro garantia de manutenção corretiva: este seguro garante a execução de ações corretivas apontadas pelo contratante e necessárias para a reparação de problemas ocorridos no decorrer da execução contratual, por responsabilidade exclusiva do tomador.

ii. Seguro de fiança locatícia

O seguro de fiança locatícia possibilita a substituição do fiador e garante ao proprietário de imóvel (locador) o recebimento dos aluguéis e encargos vencidos e não pagos pelo inquilino. Esta característica permite agilidade na aprovação da sua proposta de aluguel.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

O seguro de fiança locatícia é regulado por normas específicas, principalmente pela Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada), que define e limita as garantias de locação.

iii. Seguros de riscos de petróleo

O seguro de riscos de petróleo garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, exploração, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra (“onshore”) e no mar (“offshore”). Além disso, também garante a cobertura para obras e construções ligadas ao setor, bem como para perdas de receitas derivadas de interrupção de negócios.

Os segurados desse produto podem ser os operadores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que operam no ramo de petróleo e gás e para coberturas de riscos de construção de equipamentos offshore.

iv. Seguro de riscos marítimos (casco)

Este tipo de seguro visa dar proteção para armadores visando cobrir riscos de perdas ou danos que alcancem qualquer tipo de embarcação em operação, construção ou em reparo. Esse tipo de seguro destina-se a pessoas físicas ou jurídicas que exploram comercialmente uma embarcação mercante, sendo ou não o seu proprietário.

Entre as coberturas mais comuns deste tipo de seguro: (i) cobertura para danos ao casco e às máquinas das embarcações; (ii) perda total da embarcação; (iii) assistências e salvamentos; (iv) avaria grossa; (v) responsabilidade civil por abalroação além de outras coberturas complementares, como por exemplo: desembolso (D), responsabilidades excedentes (RE), valor aumentado (VA), cobertura de construtores navais, cobertura de responsabilidade civil dos reparadores de navios, cobertura de responsabilidade civil (P&I). Além das coberturas complementares, há uma gama de coberturas adicionais que podem ser contratadas em conjunto, como: riscos de guerra, torpedo e minas, riscos de greves, motins e comoções civis, perda de receita e perda de frete.

v. Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)

O seguro D&O cobre os valores devidos a terceiros por diretores ou executivos da empresa contratante do seguro em virtude de investigações e processos judiciais, administrativos ou arbitrais relacionados à sua atuação na capacidade de administradores da sociedade contratante. Isso inclui, mas não se limita a, processos de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, em virtude da responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária do diretor ou executivo.

Entre as coberturas de D&O, podem ser elencadas: (i) indenização direta ao segurado (ex. administrador); (ii) indenização ao tomador (ex. empresa) que tenha adiantado os custos ao segurado; e (iii) indenização aplicada nos casos em que a empresa possui negociação de valores mobiliários, na qual podem ser seguradas, por exemplo, casos de reclamações relacionadas à gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

É importante mencionar que esse produto apresenta como possibilidade a contratação de um produto secundário de responsabilidade civil ambiental para diretores e administradores, cobrindo os custos de defesa e eventuais indenizações devidas pelo segurado em reclamações que envolvam danos causados ao meio ambiente sem abranger os custos de limpeza devidos.

vi. Seguro de responsabilidade civil profissional (E&O)

Este seguro possui cobertura para indenização decorrente de reclamações de terceiros contra o segurado, o qual pode ser uma pessoa física ou jurídica especificada na apólice, por falhas profissionais pelas quais o mesmo seja responsabilizado, resultando em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Este seguro é normalmente utilizado por profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço que estejam sujeitas a reclamações sobre o desempenho de sua atividade (ex. escritórios de advocacia), cobrindo os custos de defesa e as eventuais indenizações devidos pelo segurado quando houver sua responsabilização legal em função de eventual falha profissional, sempre conforme termos pactuados nas apólices.

vii. Seguro de riscos de engenharia

O seguro de riscos de engenharia tem por objetivo garantir o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes de acidentes ocorridos durante a fase de execução de obras, instalação e montagem de máquinas e equipamentos novos.

Estes seguros normalmente são oferecidos para contratação nas seguintes modalidades:

- Contractors All Risks (CAR): seguro destinado para cobrir construção (ex.: de uma planta ou prédio) incluindo eventualmente responsabilidades contra terceiros.
- Erection All Risks (EAR): seguro destinado para cobrir riscos de instalação e montagem de máquinas e equipamentos.

viii. Seguros de riscos nomeados e operacionais

O seguro de riscos nomeados e operacionais são aqueles que garantem perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em geral, oferecem coberturas para incêndio, queda de raio, explosão ou implosão, danos elétricos, quebra de máquinas, inundação, ou seja, danos ligados as operações de plantas industriais ou de empresas nos mais diversos segmentos da economia. Para os casos em que a importância segurada é inferior ao limite estabelecido em legislação de R\$ 100 milhões, a Companhia emite esse tipo de seguro no ramo de compreensivo empresarial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pelo Conselho da Companhia em 31 de agosto de 2022.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em Reais - (R\$), e foram arredondados para milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo.

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia possui 100% de suas operações classificadas como seguros e exerceu a opção prevista na revisão do pronunciamento técnico número 12 que prevê a possibilidade do emissor aplicar a nova norma de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9) em conjunto com o IFRS 17 – *Insurance Contracts*, que entrará em vigor apenas a partir de 01/01/2023. Devido a essa exceção, a Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*), e contabiliza seus instrumentos financeiros como descrito a seguir:

- **Derivativos**

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações adotadas na construção das curvas de rendimento são obtidas principalmente na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Partners e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, dado o status do mercado e a estratégia de investimentos em alinhamento com a gestão de riscos da Companhia. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado do fundo imobiliário listado em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.3. Custo de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro significativo de outra parte, concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado, com efeito adverso sobre o detentor da apólice. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho, bem como as respectivas parcelas de comissão, reconhecidas no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e a base de cessão do mesmo.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos.

3.5. Salvados e ressarcimentos

A Companhia apresenta metodologia, descrita em nota técnica atuarial, para constituição de um redutor das provisões de sinistros relativo à expectativa de ressarcimento nas operações do grupamento de riscos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de ressarcimento de sinistros ainda não pagos. Não sendo considerada como ajuste das provisões de sinistros os valores relativos à expectativa de recebimento de ressarcimentos de sinistros já liquidados. Quando um sinistro é liquidado (total ou parcialmente) essa estimativa de ressarcimento é registrada no ativo da Companhia.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo Intangível.

3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro de outra parte (o beneficiário da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos beneficiários da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o beneficiário da apólice. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de seguro significativo por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela Superintendência de Seguro Privados - SUSEP.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE inclui parcela derivada da triangulação do desenvolvimento de prêmios e parcela relativa ao tratamento individual de apólices específicas, já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

É constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos até a data-base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A provisão de sinistros a liquidar inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, quando pertinente.

A provisão é constituída a partir de análise individualizada de cada sinistro, correspondendo sempre a melhor estimativa dos valores a pagar dos sinistros já avisados à Companhia.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Companhia estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo. A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, sempre analisando a aderência da estimativa por meio de testes de consistência mensais.

Além do montante apurado acima, o valor final de provisão de sinistros ocorridos e não avisados pode ser acrescido de uma parcela adicional advinda da expectativa de sinistro das operações de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas que ainda não foram caracterizadas como sinistros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- **Provisão de despesas relacionadas - PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Companhia registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e de expectativas de sinistros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas.

- **Provisão de excedente técnico - PET**

É constituída mensalmente para garantir as obrigações decorrentes de possíveis reduções na comissão de resseguro em contratos que prevejam o sistema de comissão escalonada.

- **Teste de adequação de passivo**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros e resseguro, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo foi realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia apresenta estimativas de fluxos de caixa em moeda nacional e dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. Foi projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término do *run-off*.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, apenas mantém os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a um atingimento tanto de metas globais como de metas departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas no início de cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

completo à ação (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

As estimativas de realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa existentes em 30 de junho de 2022, são reconhecidas de acordo com a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da Administração.

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A companhia avalia mensalmente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, através de uma análise individualizada das contrapartes envolvidas e suas respectivas apólices vencidas no período a partir de 60 dias, sinistros a recuperar em período superior a 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos das contrapartes envolvidas, a qualidade do seu rating, histórico de perdas e provisões de prêmios já recebidos que possibilitem compensação de suas apólices. Se em períodos subsequentes houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras intermediárias, é feita a avaliação de forma individualizada se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro disponível para venda que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

- **Sinistros**

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com seguros e resseguros – Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros e resseguro (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8);
- Custos de comercialização diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8);
- Provisões para contingências (nota 15); e
- Provisões Técnicas (nota 13).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante o período.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

A seguinte norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 e não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Receitas; Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (CPC 37 R1).

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho 2022:

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023.

A Companhia atendeu aos critérios dos normativos e optou pela isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11) e estima adotar o IFRS 9 / CPC 48 em 01/01/2023. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados.

O CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações alteradas não deverão ter um impacto material nas Demonstrações financeiras intermediárias da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2).

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

O Grupo Austral adota como definição, que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são: avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia do Grupo Austral.

O Grupo Austral também utiliza o conceito de três linhas, atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos da Companhia, sendo esta construída em linha com as estratégias de negócios, a definição de seus controles operacionais internos e a busca da excelência na gestão empresarial.

Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro da Companhia.

<u>Região geográfica</u>	<u>Distribuição de prêmio bruto de resseguro</u>		<u>Distribuição de prêmio líquido de resseguro</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Centro Oeste	5.740	938	3.781	499
Nordeste	6.885	10.029	3.725	5.336
Norte	1.140	490	614	234
Sudeste	819.598	798.959	60.407	34.367
Sul	11.062	3.806	6.795	1.849
Total	844.425	814.222	75.322	42.285

a) Gestão de risco de Subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A exposição ao risco é mitigada por meio da diversificação da carteira e seletividade analítica dos riscos subscritos, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante dos indicadores internos e do mercado para realização de eventuais ajustes.

Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e definidos procedimentos operacionais para avaliação de riscos, assim como um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos. Destacamos que, dentre os procedimentos contempla-se o regime de alçadas decisórias, como suporte a decisões técnicas, sendo estes documentos formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos.

Adicionalmente, faz-se uso do resseguro como parte do seu programa de gestão de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

Por fim, pelo ponto de vista de concentração de negócios, a carteira do ramo de seguro garantia é responsável por impacto considerável nos resultados operacionais, correspondendo a 78% do total do resultado técnico do segmento de seguros, ou seja, R\$ 24.513 (64% e R\$ 52.531 em 31 de dezembro de 2021).

Análise de sensibilidade

Com o intuito de realizar uma análise de sensibilidade para a sinistralidade, o Grupo Austral adotou um cenário de teste de sensibilidade com agravamento de 10% da sua sinistralidade ocorrida no exercício por ramo de operação. Utilizou-se também uma premissa de 10% de sinistralidade ocorrida mínima por ramo de atuação, para aqueles que tiveram sinistralidade ocorrida agravada abaixo deste patamar. A partir dessas sinistralidades agravadas foi apurado o impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	30/06/2022		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto%
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	202.308	201.202	(1.106)
Lucro líquido do período	9.433	8.327	(1.106)
Impacto (%) no resultado do período			(11,7%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,5%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	202.308	201.071	(1.237)
Lucro líquido do período	9.433	8.196	(1.237)
Impacto (%) no resultado do período			(13,1%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,6%)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	Base	Cenário 10,0%	30/06/2021 Impacto%
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	192.451	191.601	(850)
Lucro líquido do período	3.042	2.192	(850)
Impacto (%) no resultado do período			(27,9%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,4%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	192.451	192.419	(32)
Lucro líquido do período	3.042	3.010	(32)
Impacto (%) no resultado do período			(1,1%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			0,0%

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos do Grupo Austral define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, o Grupo Austral considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos do Grupo Austral, se reúne de forma perene para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value-at-Risk (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

O Grupo Austral monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além do exposto acima, o Grupo Austral realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,27% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022 (0,31% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 830. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,34% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022 (0,48% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 1.040.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,30% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022 (0,35% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 920. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,42% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022 (0,48% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 1.290.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps):

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

		30/06/2022
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	12,66MM
II	(100 bps)	6,33MM
III	100 bps	(6,33MM)
IV	200 bps	(12,66MM)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Cenário	Choque	30/06/2021
		Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	11,28 MM
II	(100 bps)	5,64 MM
III	100 bps	(5,64 MM)
IV	200 bps	(11,28 MM)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

O Grupo Austral entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise do Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	30/06/2022							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	
Disponível	22.206	-	-	-	-	-	-	22.206
Disponíveis para negociação								
Privados	40.337	-	-	-	-	-	-	40.337
Públicos	102.943	-	-	-	-	-	-	102.943
Disponíveis para venda								
Privados	1.195	-	-	-	-	-	-	1.195
Públicos	146.233	-	-	-	-	-	-	146.233
Créditos com operações seguros (*)	998.747	7.455	2.565	925	646	930	1.338	1.012.606
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.311.661	7.455	2.565	925	646	930	1.338	1.325.520

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2021							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	
Disponível	26.716	-	-	-	-	-	-	26.716
Disponíveis para negociação								
Privados	50.332	-	-	-	-	-	-	50.332
Públicos	80.189	-	-	-	-	-	-	80.189
Disponíveis para venda								
Privados	1.146	-	-	-	-	-	-	1.146
Públicos	142.955	-	-	-	-	-	-	142.955
Créditos com operações seguros (*)	330.670	4.156	772	814	755	585	1.846	339.598
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	632.008	4.156	772	814	755	585	1.846	640.936

*Os valores de créditos com operações com seguros estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

As tabelas a seguir apresentam o risco de crédito a que a Companhia está exposta considerando os ratings obtidos através do site da Superintendência de Seguros Privado - SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privado – SUSEP.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

(i) Operações da Seguradora

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	30/06/2022		31/12/2021	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	2	0,00	189	0,02
AA+	Aa1	AA+	A+	74.987	16,94	60.827	7,05
AA	Aa2	AA	A+	2.519	0,57	3.336	0,39
AA-	Aa3	AA-	A	67.869	15,33	92.181	10,69
A+	A1	A+	A	52.581	11,88	625.386	72,51
A	A2	A	A-	167.627	37,86	7.291	0,85
A-	A3	A-	A-	170	0,04	70.862	8,22
BBB+	Baa1	BBB+	B++	76.970	17,39	2.429	0,28
Total				442.725	100	862.501	100

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade do Grupo Austral não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A Administração possui visibilidade diária da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

O Grupo Austral tem por filosofia ser conservador em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 87,11% (83,3% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 9,53% (12,4% em 31 de dezembro de 2021) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 3,36% (4,3% em 31 de dezembro de 2021) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

30/06/2022

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	22.206	-	22.206
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	134.316	8.963	143.279
Ativos financeiros disponíveis para venda	147.429	-	147.429
Crédito das operações de seguros e resseguros	935.246	73.534	1.008.780
Outros créditos operacionais	1.817	-	1.817
Títulos e créditos a receber	5.400	11.048	16.448
Total de ativos	1.246.414	93.545	1.339.959
Contas a pagar	60.752	-	60.752
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	125.503	101.733	227.236
Débito das operações de seguros e resseguros	875.688	62.257	937.945
Depósito de terceiros	2.176	-	2.176
Outros débitos	1.689	4.478	6.167
Total de passivos	1.065.808	168.468	1.234.276

31/12/2021

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	26.716	-	26.716
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	130.556	-	130.556
Ativos financeiros disponíveis para venda	144.101	-	144.101
Crédito das operações de seguros e resseguros	252.592	83.636	336.228
Outros créditos operacionais	2.708	-	2.708
Títulos e créditos a receber	6.921	11.004	17.925
Total de ativos	563.594	94.640	658.234
Contas a pagar	25.138	-	25.138
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	110.999	100.596	211.595
Débito das operações de seguros e resseguros	240.920	75.750	316.670
Depósito de terceiros	3.543	-	3.543
Outros débitos	1.498	4.744	6.242
Total de passivos	382.098	181.090	563.188

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

4) Risco Cambial

O Grupo Austral opera carteira de investimentos em dólares norte americano. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,23 em 30 de junho de 2022;
- ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,10 estimada para 31 de dezembro de 2023* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2022;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,62);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,93);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,55); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,86).

*Tendo em vista a indisponibilidade das informações de projeção para o período de junho/2023, fornecidas pelo BACEN, as Demonstrações Financeiras de 30/06/2022 utilizaram, excepcionalmente, as informações de projeção para o período de dezembro/2023.

30/06/2022		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(2,6%)	(0,58MM)
I	(50,0%)	(11,07 MM)
II	(25,0%)	(5,54 MM)
III	25,0%	5,54 MM
IV	50,0%	11,07 MM

30/06/2021		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(6,8%)	1,28 MM
I	(50,0%)	(21,62 MM)
II	(25,0%)	(10,81 MM)
III	25,0%	10,81 MM
IV	50,0%	21,62 MM

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

5. Aplicações

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

		30 de junho de 2022						Percentual	Percentual		
		Taxas	Sem	Até 12	De 13 a	Acima de	Valor	Valor de	contábil	de curva	
		contratadas	vencimento	meses	60 meses	60 meses	contábil de	curva	das	das	
							mercado		aplicações	aplicações	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:											
Letras financeiras do tesouro - LFT		-	-	9.458	92.569	915	102.942	102.866	35,41%	33,88%	
Quotas de fundos de investimentos (i)		-	40.337	-	-	-	40.337	40.337	13,88%	13,28%	
II. Títulos disponíveis para venda:											
Notas do tesouro nacional - NTN-B no país		IPCA	-	-	133.294	12.940	146.234	159.182	50,30%	52,42%	
Debentures		IPCA	-	-	-	1.195	1.195	1.269	0,41%	0,42%	
Total			40.337	9.458	225.863	15.050	290.708	303.654	100,00%	100,00%	
		31 de dezembro de 2021									
		Taxas	Sem	Até 12	De 13 a	Acima de	Valor	Valor de	Percentual	Percentual	
		contratadas	vencimento	meses	60 meses	60 meses	contábil de	curva	contábil	de curva	
							mercado		das	das	
									aplicações	aplicações	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:											
Letras financeiras do tesouro - LFT		-	-	1.280	76.682	2.262	80.224	80.189	29%	28%	
Quotas de fundos de investimentos (i)		-	50.332	-	-	-	50.332	50.332	18%	18%	
II. Títulos disponíveis para venda:											
Notas do tesouro nacional - NTN-B no país		IPCA	-	-	129.771	13.184	142.955	152.034	53%	54%	
Debentures		IPCA	-	-	-	1.146	1.146	1.161	-	-	
Total			50.332	1.280	206.453	16.592	274.657	283.716	100%	100%	

- (i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos tipos de fundos a saber: Fundo imobiliário R\$ 0 (R\$ 14.703 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de crédito privado R\$ 6.836 (R\$ 6.525 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de ações R\$ 0 (R\$ 4.280 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de investimento em participações R\$ 15.681 (R\$ 14.102 em 31 de dezembro de 2021), Fundo multimercado R\$ 17.277 (R\$ 7.772 em 31 de dezembro de 2021) e Fundo de renda fixa R\$ 543 (R\$ 2.951 em 31 de dezembro de 2021).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

	30 de junho de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. <u>Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u>						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	6.718	33.619	40.337	7.633	27.997	35.630
Quotas de fundos imobiliários				14.702	-	14.702
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	102.942	-	102.942	80.224	-	80.224
II. <u>Títulos disponíveis para venda:</u>						
Títulos de renda fixa - privados:						
Debêntures	-	1.195	1.195	-	1.146	1.146
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	146.234	-	146.234	142.955	-	142.955
Total	255.894	34.814	290.708	245.514	29.143	274.657

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	299.859	26.973	326.832
(+) Aplicações	199.358	129.433	328.791
(-) Resgates	(371.085)	(14.831)	(385.916)
(+) Rendimentos	2.056	12.720	14.776
(+/-) Oscilação Cambial	-	425	425
(+/-) Ajuste ao valor justo	368	(10.619)	(10.251)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	130.556	144.101	274.657
(+) Aplicações	135.213	-	135.213
(-) Resgates	(130.305)	(4.013)	(134.318)
(+) Rendimentos	7.772	11.273	19.045
(+/-) Ajuste ao valor justo	43	(3.932)	(3.889)
Saldo final em 30 de junho de 2022	143.279	147.429	290.708

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição		Valor a receber	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contratos futuros					
Compromisso de venda Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2022	-	3.033	-	4

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos	1.192.707	913.575
Provisão de sinistros a liquidar	191.393	269.596
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	32.992	37.766
Provisão de despesas relacionadas	9.205	11.739
Provisão de excedentes técnicos	1.159	-
Total das provisões técnicas	1.427.456	1.232.676
Direitos creditórios	(868.234)	(255.192)
Custo de aquisição diferido redutores	(48.317)	(44.631)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(176.242)	(516.363)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativos de resseguro redutores de PSL	(169.047)	(251.255)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(29.811)	(34.687)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(7.559)	(10.565)
Total das exclusões	(1.299.210)	(1.112.693)
Total das provisões técnicas para cobertura	128.246	119.983
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	106.041	74.745
Notas do tesouro nacional - NTN-B	27.728	25.026
Quotas de fundos de investimentos	20.071	31.317
Quotas de fundo de investimento imobiliário	-	14.703
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	153.840	145.791
Ativos vinculados em excesso	25.594	25.808

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios a receber de segurados	974.826	307.361
Operações com seguradoras	1.758	988
Operações com resseguradoras	32.196	27.879
Total	1.008.780	336.228
Total Circulante	935.246	252.592
Total não Circulante	73.534	83.636

Aging de prêmios a receber:

Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	78.127	42.198
De 31 a 60 dias	290.958	32.587
De 61 a 120 dias	34.487	39.487
De 121 a 180 dias	241.236	38.597
De 181 a 360 dias	248.427	65.298
Superior a 360 dias	73.534	83.636
Total de prêmios a vencer	966.769	301.803

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	5.479	4.156
De 31 a 60 dias	2.565	772
De 61 a 120 dias	936	814
De 121 a 180 dias	634	755
De 181 a 360 dias	930	585
Superior a 360 dias	1.338	1.846
Total de prêmios vencidos	11.882	8.928
Redução ao valor recuperável	(3.825)	(3.370)
Total de prêmios a receber	974.826	307.361
Movimentação dos prêmios a receber		
	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	307.361	507.098
(+) Prêmios emitidos (a)	873.594	1.256.078
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	(15.275)	(186)
(+) Imposto sobre operações financeiras	78.019	126.331
(-) Recebimentos	(268.419)	(1.581.952)
(-) Redução ao valor recuperável	(454)	(8)
Saldo final	974.826	307.361

(a) Saldo inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 2 vezes.

8. Títulos e créditos a receber

	30/06/2022	31/12/2021
Títulos e créditos a receber	2.450	2.490
Ressarcimento a receber (*)	38.335	38.375
(-) Redução ao valor recuperável	(35.895)	(35.895)
Outros	10	10
Créditos tributários e previdenciários (a)	13.428	15.152
Outros créditos	570	283
Total	16.448	17.925
Total circulante	5.400	6.921
Total não circulante	11.048	11.004

(*) Em 30 de junho de 2022 e 2021, os valores registrados na rubrica de Ressarcimentos a receber encontram-se vencidos a mais de 365 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

a) Créditos tributários e previdenciários

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Impostos a compensar (i)	17	-
Contribuições e impostos pagos a maior (ii)	3.955	5.498
Crédito tributário Pis e cofins (iii)	849	871
IR e CS diferido (iv)	8.607	8.783
Total	13.428	15.152
Total Circulante	4.821	6.369
Total não Circulante	8.607	8.783

- (i) Refere-se a retenções na fonte de PIS, COFINS, IR e CS;
(ii) Refere-se a PIS, COFINS, IR e CS pagos a maior;
(iii) Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro; e
(iv) Refere-se a tributos diferidos sobre diferenças temporárias.

Apresentamos abaixo o quadro com os créditos e débitos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>30/06/2022</u>
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	8.783	8.113	(8.289)	(1.748)	1.572	8.607
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	4.622	1.490	(1.675)	(185)	-	4.437
Ajuste a Valor de Mercado Venda	3.638	2.261	(689)	-	1.572	5.210
Outras provisões	385	4.341	(5.913)	(1.572)	-	(1.187)
Arrendamentos	138	21	(12)	9	-	147
Total	8.783	8.113	(8.289)	(1.748)	1.572	8.607

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	868	17.695	(9.780)	3.667	4.248	8.783
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	1.686	4.042	(1.106)	2.936	-	4.622
Ajuste a Valor de Mercado Venda	(610)	5.360	(1.112)	-	4.248	3.638
Outras provisões	(208)	7.971	(7.378)	593	-	385
Alterações CPC 06 -Arrendamento	-	322	(184)	138	-	138
Total	868	17.695	(9.780)	3.667	4.248	8.783

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

<u>Grupos / Ramos</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Garantia	77.270	78.112
Riscos de engenharia	32	52
Riscos de petróleo	3.373	1.995
Lucros cessantes	256	428
Riscos marítimos - cascos	1.817	3.101
Outros	1.869	1.569
Total	84.617	85.257
Total circulante	37.169	35.548
Total não circulante	47.448	49.709

A Companhia apresentava movimentação de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>30/06/2022</u>
Garantia	78.112	462.003	(462.845)	77.270
Riscos de engenharia	52	252	(272)	32
Riscos de petróleo	1.995	19.303	(17.925)	3.373
Lucros cessantes	428	1.843	(2.015)	256
Marítimos - casco	3.101	14.537	(15.821)	1.817
Outros	1.569	12.159	(11.859)	1.869
Total	85.257	510.097	(510.737)	84.617

	<u>31/12/2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>31/12/2021</u>
Garantia	79.877	901.874	(903.639)	78.112
Riscos de engenharia	159	1.440	(1.547)	52
Riscos de petróleo	3.515	32.457	(33.977)	1.995
Lucros cessantes	186	1.308	(1.066)	428
Marítimos - casco	1.910	20.127	(18.936)	3.101
Outros	572	16.576	(15.579)	1.569
Total	86.219	973.782	(974.744)	85.257

10. Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda retido	259	1.714
Imposto sobre serviço retido	152	133
Imposto operações financeiras	55.345	8.638
Contribuições previdenciárias	392	269
Outros impostos e encargos sociais	38	133
Total	56.186	10.887

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

11. Operações com resseguradoras

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios de resseguro cedido	948.194	327.505
Comissão	(88.446)	(87.820)
Repasso de ressarcimento	18.575	3.000
Total	878.323	242.685
Total circulante	836.745	189.293
Total não circulante	41.578	53.392

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros direto e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
De 1 a 60 dias	378	1.396
De 61 a 360 dias	581	1.176
Superior a 360 dias	1.217	971
Total	2.176	3.543

13. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	<u>30 de junho de 2022</u>			<u>31 de dezembro de 2021</u>		
	<u>Bruto</u>	<u>Cedido</u>	<u>Retido</u>	<u>Bruto</u>	<u>Cedido</u>	<u>Retido</u>
Provisões de sinistros e de prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	191.393	(169.047)	22.346	269.596	(251.255)	18.341
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	32.992	(29.811)	3.181	37.766	(34.687)	3.079
Provisão de despesas relacionadas	9.205	(7.560)	1.645	11.739	(10.565)	1.174
Provisão total de sinistros	233.590	(206.418)	27.172	319.101	(296.507)	22.594
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	1.192.707	(993.802)	198.905	913.575	(724.574)	189.001
Provisão de excedente técnico	1.159	-	1.159	-	-	-
Provisão total de prêmios	1.193.866	(993.802)	200.064	913.575	(724.574)	189.001
Total	1.427.456	(1.200.220)	227.236	1.232.676	(1.021.081)	211.595
Circulante	1.181.139	(1.055.636)	125.503	961.647	(850.648)	110.999
Não circulante	246.317	(144.584)	101.733	271.029	(170.433)	100.596

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	30/06/2022			31/12/2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	269.596	(251.255)	18.341	207.517	(186.806)	20.711
Sinistros ocorridos no período	43.453	(17.157)	26.296	65.874	(47.902)	17.972
Sinistros pagos no período	(108.664)	86.366	(22.298)	(16.847)	(4.000)	(20.847)
Variação cambial	(14.429)	14.127	(302)	11.295	(11.149)	146
Atualização monetária	1.437	(1.128)	309	1.757	(1.398)	359
No final do período	191.393	(169.047)	22.346	269.596	(251.255)	18.341
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	11.739	(10.565)	1.174	8.608	(7.577)	1.031
Despesas ocorridas no período	776	1.522	2.298	5.646	(4.487)	1.159
Despesas pagas no período	(3.490)	1.625	(1.865)	(2.735)	1.672	(1.063)
Variação cambial	(1)	(2)	(3)	(5)	3	(2)
Atualização monetária	181	(140)	41	225	(176)	49
No final do período	9.205	(7.560)	1.645	11.739	(10.565)	1.174
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	37.766	(34.687)	3.079	32.094	(29.092)	3.002
Variação do IBNR	(4.774)	4.876	102	5.672	(5.595)	77
No final do período	32.992	(29.811)	3.181	37.766	(34.687)	3.079
Desenvolvimento das provisões de prêmios - PPNG						
Em 1º de janeiro	913.575	(724.574)	189.001	828.901	(638.247)	190.654
Prêmios emitidos no período	844.425	(758.491)	85.934	1.102.367	(987.488)	114.879
Prêmio ganho no período	(537.664)	463.751	(73.913)	(1.049.431)	931.979	(117.452)
Variação cambial	(27.629)	25.512	(2.117)	31.738	(30.818)	920
No final do período	1.192.707	(993.802)	198.905	913.575	(724.574)	189.001
Desenvolvimento da provisão de PET						
Em 1º de janeiro						
Variação da PET	1.159	-	1.159	-	-	-
No final do período	1.159	-	1.159	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

14. Desenvolvimento de sinistro

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	123.881	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583	56.728
Um ano mais tarde	86.059	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	106.637	
Dois anos mais tarde	88.602	47.754	103.413	255.142	113.810	23.051		
Três anos mais tarde	88.601	14.259	103.779	210.089	91.850			
Quatro anos mais tarde	88.601	5.906	104.719	211.395				
Cinco anos mais tarde	88.607	5.856	104.719					
Seis anos mais tarde	88.607	5.856						
Sete anos mais tarde	88.607							
Posição em 30/06/2022	88.607	5.856	104.719	211.395	91.850	23.051	106.637	56.728
Falta acumulada (*)	(35.274)	1.415	15.438	(53.221)	61.454	3.881	(4.946)	-
Falta acumulada (%)	-28%	32%	17%	-20%	202%	20%	-4%	-
Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660	33.988
Um ano mais tarde	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	17.080	
Dois anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	173.750	23.471	4.900		
Três anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	174.263	84.602			
Quatro anos mais tarde	88.590	2.905	101.760	174.393				
Cinco anos mais tarde	88.590	5.855	101.760					
Seis anos mais tarde	88.590	5.855						
Sete anos mais tarde	88.590							
Posição em 30/06/2022	88.590	5.855	101.760	174.393	84.602	4.900	17.080	33.988
Provisão de sinistros a liquidar	123.605	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.315	177.675
Provisão sinistro ocorrido não avisado	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766	32.992
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	5.201	5.465	7.165	10.174	7.459
Total de passivo	133.772	21.074	99.166	362.149	178.803	235.544	305.255	218.126
Ano de aviso (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	712	123.881	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583
Um ano mais tarde	618	86.059	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	
Dois anos mais tarde	612	88.602	47.754	103.413	255.142	113.810		
Três anos mais tarde	612	88.601	14.259	103.779	210.089			
Quatro anos mais tarde	312	88.601	5.906	104.719				
Cinco anos mais tarde	312	88.607	5.856					
Seis anos mais tarde	312	88.607						
Sete anos mais tarde	312							
Posição em 31/12/2021	312	88.607	5.856	104.719	210.089	113.810	25.155	111.583
Falta acumulada (*)	(400)	(35.274)	1.415	15.438	(54.527)	83.414	5.985	-
Falta acumulada (%)	-56%	-28%	32%	17%	-21%	274%	31%	
Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	30	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660
Um ano mais tarde	208	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	
Dois anos mais tarde	312	88.590	2.905	100.241	173.750	23.471		
Três anos mais tarde	312	88.590	2.905	100.241	174.263			
Quatro anos mais tarde	312	88.590	2.905	101.760				
Cinco anos mais tarde	312	88.590	5.855					
Seis anos mais tarde	312	88.590						
Sete anos mais tarde	312							
Posição em 31/12/2021	312	88.590	5.855	101.760	174.263	23.471	1.905	6.660
Provisão de sinistros a liquidar	1.700	123.605	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.313
Provisão sinistro ocorrido não avisado	5.461	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	5.201	5.465	15.138	10.174
Total de passivo	7.161	133.772	21.074	99.166	362.149	178.803	243.517	305.253

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	7.125	-	28.476	-	-	-	-	-
Um ano mais tarde	8.636	55	29.362	587	587	-	-	-
Dois anos mais tarde	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	-	-
Três anos mais tarde	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	114.625	5.758	29.327	2.230	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	117.462	5.745	29.328	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	118.265	6.325	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	118.827	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2022	118.827	6.325	29.328	2.230	-	-	-	-
Falta acumulada (*)	111.702	6.325	852	2.230	-	-	-	-
Falta acumulada (%)	1.568%	-	3%	-	-	-	-	-
Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	20189	2020	2021	2022
Um ano mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	112.500	-	29.320	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2022	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	7.156	8.672	39.613	28.068	5.961	11.234	12.283	13.718
Provisão de despesas relacionadas	3	1.155	1.486	1.161	664	1.443	1.565	1.746
Total de passivo	7.159	9.827	41.099	29.229	6.625	12.677	13.848	15.464

Ano de aviso (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	-	7.125	-	28.476	-	-	-	-
Um ano mais tarde	-	8.636	55	29.362	587	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	-
Três anos mais tarde	-	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	-
Quatro anos mais tarde	-	114.625	5.758	29.327	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	-	117.462	5.745	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	-	118.265	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2021	-	118.265	5.745	29.327	1.936	-	-	-
Falta acumulada (*)	-	111.140	5.745	851	1.936	-	-	-
Falta acumulada (%)	-	1560%	-	3%	-	-	-	-
Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Um ano mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	-	112.500	-	29.320	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	-	113.670	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	-	113.670	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2021	-	113.670	-	29.320	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	42	7.156	8.672	39.613	28.068	5.961	11.234	12.283
Provisão de despesas relacionadas	5	3	1.155	1.486	1.161	664	2.587	1.565
Total de passivo	47	7.159	9.827	41.099	29.229	6.625	13.821	13.848

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

15. Provisões para contingências

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhuma ação judicial de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas ações judiciais de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial.

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	12.283	11.234
Adições	1.811	2.881
Baixas	(376)	(1.831)
Total	13.718	12.283

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui 3 causas referentes a ações de cobranças, com probabilidade de perda possível (3 em 31 de dezembro de 2021) e 5 com probabilidade de perda remota (6 em 31 de dezembro de 2021). Os valores reclamados dessas causas somam, respectivamente, R\$7.397 (R\$ 6.531 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 6.333 (R\$ 5.752 em 31 de dezembro de 2021). Todas as causas possuem natureza cível.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de 107.025 representado por 69.177.394 ações ordinárias nominativas.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio Líquido	202.308	192.547
Ajustes contábeis	(4.931)	(6.377)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	21.276	7.680
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(3.506)	(287)
Patrimônio líquido ajustado – PLA	215.147	193.563
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	28.260	12.214
Capital adicional de risco operacional	7.253	7.881
Capital adicional de risco de crédito	17.042	25.453
Capital adicional de risco de mercado	12.710	12.722
Benefício da diversificação	(13.067)	(11.538)
Capital de risco - CR (b)	52.198	46.732
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	52.198	46.732
Patrimônio Líquido ajustado	215.147	193.563
(-) Exigência de capital - EC	52.198	46.732
Suficiência de capital - R\$	162.949	146.831
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	412%	414%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

O terceiro plano estabelece os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 26.168.969 opções em aberto representam uma diluição de até 8,5% sobre um total de 281.519.205 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no período findo em 30 de junho de 2022, no montante de R\$ 2.707 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2021).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

		Ativo	
		30/06/2022	31/12/2021
Classificação			
Austral Resseguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	36.621	30.891
Total		36.621	30.891
		Passivo	
		30/06/2022	31/12/2021
Classificação			
Austral Participações S.A.(d)	Controladora	-	9.000
Austral Participações S.A (e)	Controladora	230	-
Austral Resseguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	44.406	51.627
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	32	43
Total		44.668	60.670
		Receita	
		30/06/2022	30/06/2021
Classificação			
Austral Resseguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	13.834	1.487
Total		13.834	1.487

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Classificação	Despesa	
		30/06/2022	30/06/2021
Austral Resseguradora S.A. (a)	Outras partes relacionadas	(23.085)	(16.274)
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	(176)	(171)
Administradores (c)	Pessoal chave	(1.811)	(2.339)
Total		(25.072)	(18.784)

- (a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros;
(b) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a companhia.;
(c) Valor referente aos benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária);
(d) Valor referente a JCP a pagar; e
(e) Valores a pagar referente a reembolso de pagamentos arcados pela Participações.

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2022 e 2021, estão reconciliados, como se segue:

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2021
Resultado antes dos impostos e participações sobre o lucro(*)	15.625	15.625	5.082	5.082
Alíquota nominal (**)	25%	15%	25%	15%
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	3.906	2.344	1.271	762
<u>Adições e exclusões temporárias:</u>				
Variação cambial	(3.707)	(3.707)	(3.252)	(3.252)
Ajuste a valor de mercado	(461)	(461)	4.100	4.100
Participação nos lucros	(3.612)	(3.612)	(1.520)	(1.520)
Outras provisões	3.412	3.412	(216)	(216)
Total	(4.368)	(4.368)	(888)	(888)
<u>Adições e exclusões permanentes:</u>				
Despesas ineditáveis	35	35	27	64
IRPJ e CSSL correntes	(2.750)	(1.694)	(1.037)	(302)
IRPJ e CSSL diferidos	(1.093)	(655)	(184)	(517)
Total Despesa IRPJ e CSLL	(3.843)	(2.349)	(1.221)	(819)
Alíquota efetiva	24,59%	15,03%	24,03%	16,12%

(*) No Resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a participações sobre o lucro que em 30 de junho de 2021 é de R\$ 825 (R\$190 em 30 de junho de 2021)

(**) Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (MP 1.034/21) que majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas de seguros privados de 15% para 20%, a partir de julho de 2021. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.183/21, publicada em 15 de julho de 2021, que manteve a alíquota elevada até 31 de dezembro de 2021, retornando ao seu patamar anterior de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido dos períodos aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado líquido do semestre	9.433	3.042
Média ponderada das ações	69.177	69.177
Resultado por lote de mil ação em R\$ - Básico e Diluído	0,1364	0,0439

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2022 e 2021 são:

<u>Ramos de atuação</u>	<u>Prêmios ganhos</u>		<u>Índice de sinistralidade % (a)</u>		<u>Índice de comercialização % (b)</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Garantia	78.285	73.136	1,10	(0,86)	20,07	19,50
Fiança locatícia	8	19	2,78	(11,83)	1,55	10,40
Responsabilidade civil geral	411	56	(17,29)	62,53	16,57	14,34
R.C. administradores e diretores	11.998	9.083	(4,82)	2,71	8,11	5,23
R.C. riscos ambientais	242	117	(30,79)	44,08	16,69	18,41
Responsabilidade civil profissional	2.617	1.456	(82,38)	18,26	21,22	20,72
Riscos de engenharia	232	1.989	949,23	19,01	14,72	4,57
Riscos de petróleo	372.145	391.602	5,22	2,15	0,54	0,63
Lucros cessantes	4.260	3.019	(8,36)	(1,46)	3,90	3,93
Riscos nomeados e operacionais	22.804	3.541	6,73	39,94	-	-
Compreensivo empresarial	153	29	0,52	118,05	10,19	16,73
Riscos marítimos - casco	21.362	19.755	(20,60)	20,23	7,28	6,35
Transportes	23.147	811	(154,35)	85,96	20,63	17,21
Total	537.664	504.613	(3,60)	2,94	4,82	3,80

(a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros - salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Garantia	69.188	47.663	(32.281)	(31.080)	36.908	16.583	53,34	34,79	46,66	65,21
Fiança locatícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R.C. Administradores diretores	5.395	4.030	(2.596)	(2.055)	2.799	1.975	51,88	49,01	48,12	50,99
R.C. Riscos Ambientais	198	186	(89)	(95)	109	91	55,05	48,92	44,95	51,08
Responsabilidade civil geral	726	84	(84)	(52)	642	32	88,43	38,10	11,57	61,90
R.C. Profissional	2.381	1.989	(1.035)	(1.014)	1.346	975	56,53	49,02	43,47	50,98
Riscos de engenharia	-	211	-	(109)	-	102	-	48,34	-	51,66
Riscos de petróleo	730.049	640.175	(708.438)	(620.517)	21.611	19.658	2,96	3,07	97,04	96,93
Lucros cessantes	-	52	-	(46)	-	6	-	11,54	-	88,46
Riscos nomeados operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compreensivo empresarial	221	54	(165)	(34)	56	20	25,34	37,04	74,66	62,96
Marítimos - casco	25.676	5.422	(6.810)	(3.552)	18.866	1.870	73,48	34,49	26,52	65,51
Transportes	7.378	479	(4.673)	(175)	2.705	304	36,66	63,47	63,34	36,53
Total	841.212	700.345	(756.171)	(658.729)	85.042	41.616	10,11	5,94	89,89	94,06

Ramos	Prêmio emitido cosseguro aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Garantia	4.922	(6.557)	(2.331)	3.081	2.591	(3.476)	52,64	53,01	47,36	47,00
R.C. Administradores diretores	12.355	5.697	(9.753)	(4.640)	2.602	1.057	21,06	18,55	78,94	81,47
R.C. Riscos Ambientais	69	16	(40)	(8)	29	8	42,03	50,00	57,97	51,00
R.C. Profissional	231	273	(108)	(139)	123	134	53,25	49,08	46,75	51,00
Riscos de engenharia	70	73	(50)	(52)	20	21	28,57	28,77	71,43	71,28
Riscos de petróleo	45	27	(41)	(25)	4	2	8,89	7,41	91,11	92,21
Lucros cessantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riscos nomeados operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marítimos - casco	796	74	(610)	(47)	186	27	23,37	36,49	76,63	62,92
Total	18.488	(397)	(12.933)	(1.830)	5.555	(2.227)	30,05	561,21	69,95	(461,22)

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro de RVNE		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Garantia	(1.352)	(1.837)	424	771	(928)	(1.066)	68,71	58,03	31,29	41,97
Fiança locatícia	(1)	-	-	-	(1)	-	100,00	-	-	-
R.C. Administradores diretores	(9.570)	(4.317)	7.946	3.986	(1.624)	(331)	16,97	7,67	83,03	92,33
R.C. Riscos Ambientais	13	6	(8)	(4)	5	2	38,46	33,33	61,54	66,67
Responsabilidade civil geral	117	-	(68)	-	49	-	41,88	-	58,12	-
R.C. Profissional	106	363	(66)	(205)	40	158	37,74	43,53	62,26	56,47
Riscos de engenharia	-	(583)	-	396	-	(187)	-	32,08	-	67,92
Riscos de petróleo	2.838	54.860	(2.335)	(53.548)	503	1.312	17,72	2,39	82,28	97,61
Lucros cessantes	106	(9)	(87)	6	19	(3)	17,92	33,33	82,08	-
Riscos nomeados operacionais	-	64.686	-	(61.962)	-	2.724	-	4,21	-	95,79
Compreensivo empresarial	-	(123)	-	94	-	(29)	-	23,58	-	76,42
Marítimos - casco	(6.300)	834	4.437	(778)	(1.863)	56	29,57	6,71	70,43	93,29
Transportes	(1.232)	394	369	(134)	(863)	260	70,05	65,99	29,95	34,01
Total	(15.275)	114.274	10.613	(111.378)	(4.663)	2.896	30,53	2,53	69,47	97,46
Total geral	844.425	814.222	(758.491)	(771.937)	85.934	42.285	10,18	5,19	89,82	94,80

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	30/06/2022	30/06/2021
Resseguradora local	(699.469)	(696.980)
Resseguradora admitida	(31.111)	(68.488)
Resseguradora eventual	(27.911)	(6.469)
Total	(758.491)	(771.937)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
a) Prêmios		
Prêmios emitidos direto	844.715	716.382
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	18.488	(398)
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(3.503)	(16.038)
Prêmio riscos vigentes não emitidos	(15.275)	114.276
Variação das provisões técnicas	(306.761)	(309.609)
Prêmios ganhos	537.664	504.613
b) Sinistros ocorridos	30/06/2022	30/06/2021
Indenizações diretas	(42.332)	(15.230)
Despesas diretas	(1.344)	(2.379)
Recuperação de sinistro	(553)	60
Salvados e ressarcimentos	20.116	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	4.774	2.699
Total	(19.339)	(14.850)
c) Custo de aquisição	30/06/2022	30/06/2021
Comissões sobre prêmios emitidos	(26.033)	(11.655)
Recuperação de comissão de cosseguro	642	233
Variação despesa de comercialização diferida	(517)	(7.734)
Total	(25.908)	(19.156)
d) Outras receitas e despesas operacionais	30/06/2022	30/06/2021
Outras receitas		
Recuperação receitas resseguro	46	98
Outras despesas		
Tarifa bancária	(24)	(25)
Inspeção de risco	(59)	(53)
Redução ao valor recuperável - Prêmios de Seguros	454	2.668
Redução ao valor recuperável - Prêmios de Resseguros	(1.027)	(2.403)
Despesas com emissão de apólice	-	12
Despesas operações de seguros	(1.344)	-
Outras despesas	-	(3)
Total	(1.954)	294

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

e) <u>Resultado com resseguro</u>	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de indenização	19.696	14.487
Recuperação de despesas com indenização	(945)	2.047
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	(5.437)	(2.252)
Prêmio cedido em resseguro	(758.491)	(771.937)
Repasse de salvados e ressarcimentos	(15.590)	-
Provisão de prêmio não ganho	294.740	312.564
Total	(466.027)	(445.091)

f) <u>Despesas administrativas</u>	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(10.463)	(9.998)
Incentivo baseado em ações	(2.688)	-
Despesas com localização e funcionamento	(1.127)	(795)
Despesas com serviços de terceiro	(4.533)	(1.958)
Despesas com depreciação e amortização	(2.212)	(1.452)
Outras	(686)	(853)
Total	(21.709)	(15.056)

g) <u>Despesa com tributos</u>	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com COFINS	(3.172)	(2.809)
Despesas com PIS	(560)	(504)
Taxa de fiscalização	(358)	(599)
Outras	(244)	(314)
Total	(4.334)	(4.226)

h) <u>Resultado financeiro</u>	30/06/2022	30/06/2021
Receitas		
Títulos para negociação	11.807	4.981
Títulos disponíveis para venda	11.876	2.322
Com operações de seguros	66.212	49.454
Valorização cambial do disponível	4.465	1.696
Outras receitas	3.983	450
Total das Receitas	98.343	58.903
Despesas		
Títulos para negociação	(3.992)	(5.288)
Títulos disponíveis para venda	(603)	(1.163)
Com operações de seguros	(65.715)	(48.146)
Encargos com obrigações	(62)	(104)
Desvalorização cambial do disponível	(6.580)	(4.694)
Outras despesas	(3.324)	(764)
Total das Despesas	(80.276)	(60.159)
Total	18.067	(1.256)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

23. Responsáveis

Conselheiros:

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Rodrigo Ferreira de Campos
Claudia Novello Ribeiro
Rodolfo Arashiro Rodriguez
Arthur Farne d'Amoed Neto

Controller:

Mauro Reis D Almeida

Contadora:

Ana Schaefer
CRC RJ -113827/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2.029